

Texto para Discussão Nº 6 – Fevereiro 2008

Discussion Paper No. 6 – February 2008

A importância da queda recente da desigualdade para a pobreza

Ricardo Paes de Barros

Coordenador de Avaliação de Políticas Públicas do Ipea

Mirela de Carvalho

Pesquisadora no Ipea

Samuel Franco

Estatístico no Ipea

Rosane Mendonça

Professora do Departamento de Economia da UFF

CAPÍTULO 10

A Importância da Queda Recente da Desigualdade para a Pobreza

Ricardo Paes de Barros*

Mirela de Carvalho*

Samuel Franco*

Rosane Mendonça*

1 INTRODUÇÃO

Reduções na pobreza ocorrem apenas quando cresce a renda dos mais pobres. Existem dois instrumentos polares capazes de produzir tal feito. O primeiro é o crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo é a redução no grau de desigualdade, que faz crescer a fatia da renda total apropriada pelos pobres e, dessa forma, aumenta a renda desse grupo, mesmo na ausência de crescimento. O primeiro instrumento permite que a renda de pobres e de ricos cresça. Com o segundo, cresce a renda dos mais pobres e declina a dos mais ricos.

O ideal é poder contar ao máximo com os dois instrumentos:¹ o crescimento incrementa a renda de todos, enquanto as reduções no grau de desigualdade garantem que a renda dos pobres cresça mais rapidamente que a dos ricos. Vale ressaltar, entretanto, que, quando se prefere mais igualdade, uma transformação desejável não necessariamente levará ao crescimento da renda dos mais ricos ou mesmo ao aumento da renda da classe média. A única garantia é que a renda dos mais pobres deverá aumentar.

Dado um crescimento qualquer na renda nacional, existirá sempre uma redução no grau de desigualdade, suficientemente acentuada, que faz a renda dos mais ricos declinar. Na medida em que toda e qualquer redução no grau de desigualdade for desejável, essa transformação

* Ricardo Paes de Barros é coordenador de Avaliação de Políticas Públicas do Ipea; Mirela de Carvalho é pesquisadora no Ipea; Samuel Franco é estatístico no Ipea; e Rosane Mendonça é professora do Departamento de Economia da UFF.

¹ Parece-nos razoável supor que as pessoas, sob o véu da ignorância, considerem que melhoras de Pareto e reduções na desigualdade são transformações desejáveis em qualquer distribuição de renda.

seria preferível à outra, com o mesmo crescimento, mas sem redução na desigualdade, caso em que a renda dos mais ricos cresce. A transformação em que a renda dos mais ricos declina seria também preferível à alternativa que apresentasse o mesmo crescimento, porém com uma redução menor na desigualdade, que não chegasse a diminuir a renda dos mais ricos. Em suma, das três alternativas consideradas, a melhor é aquela em que a renda dos mais ricos declina.

Neste capítulo, demonstramos que, ao longo do período 2001-2005, a renda dos mais pobres cresceu bastante e, por conseguinte, declinaram substancialmente a pobreza e a extrema pobreza. Embora declínios na pobreza dessa magnitude não sejam comuns na história do Brasil, eles já ocorreram e até mesmo com maior intensidade em diversos episódios do passado. Ao longo da década de 1970, a pobreza foi reduzida à metade (Pastore; Zylberstajn; Pagotto, 1983). Durante o período de implantação do Plano Real, a pobreza caiu quase 10 pontos percentuais (Rocha, 2003). A diferença da queda recente na pobreza em relação aos episódios anteriores não é, portanto, a magnitude da queda, mas sua origem. Nos episódios anteriores, o instrumento dominante foi sempre o crescimento. Nos últimos anos, a queda na pobreza deveu-se essencialmente a reduções no grau de desigualdade. De fato, entre 2001 e 2005, a despeito de um crescimento irrisório da renda *per capita*, a pobreza declinou acentuadamente.

Dois objetivos nos levam a destacar a experiência brasileira recente. O primeiro: essa experiência serve para demonstrar que reduções no grau de desigualdade representam um instrumento extremamente efetivo no combate à pobreza, mesmo em períodos de pouco ou nenhum crescimento. O segundo: revertendo-se o raciocínio, pode-se também considerar o elevado impacto sobre a pobreza gerado pela recente redução na desigualdade como um indicador da magnitude e relevância desta última.

Este capítulo está estruturado em cinco seções. Na seção 2, investigamos o crescimento da renda dos mais pobres. Demonstramos que, ao longo do último quadriênio, a taxa de crescimento da renda dos mais pobres foi muito superior à da média nacional. Em seguida, passamos a uma análise do contraste entre a percepção dos mais pobres e a dos mais ricos sobre o crescimento econômico no País nesse período. Com base em comparações internacionais, demonstramos que a percepção dos pobres e dos ricos foi extremamente diferente, uma consequência e um indicador da acentuada queda na desigualdade ocorrida. Na seção 3, documentamos a importante queda na pobre-

za ocorrida entre 2001 a 2005. Demonstramos também que, ao contrário do que historicamente acontece no País, recentemente a queda na pobreza resultou fundamentalmente da redução no grau de desigualdade. Na seção 4, investigamos o grau de substituição e complementaridade entre crescimento e reduções na desigualdade para o combate à pobreza. No que se refere à substituição, analisamos quanto de crescimento gera a mesma redução na pobreza que 1% de redução no grau de desigualdade. Essa seria uma medida do quanto de crescimento balanceado os mais pobres estariam dispostos a sacrificar para obter 1% de queda na desigualdade. Quanto maior o crescimento do qual se abre mão, maior a importância de reduções no grau de desigualdade para o combate à pobreza. No entanto, também existe complementaridade entre os dois instrumentos. Conforme buscaremos demonstrar, o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza tende a ser tão maior quanto menor for a desigualdade. Por fim, na seção 5, apresentamos um sumário das principais conclusões e contribuições deste capítulo.

2 O CRESCIMENTO DA RENDA DOS MAIS POBRES E DOS MAIS RICOS

Nesta seção, investigamos a evolução da renda dos mais pobres e dos mais ricos entre 2001 e 2005 no Brasil, e sua relação com a queda na desigualdade.

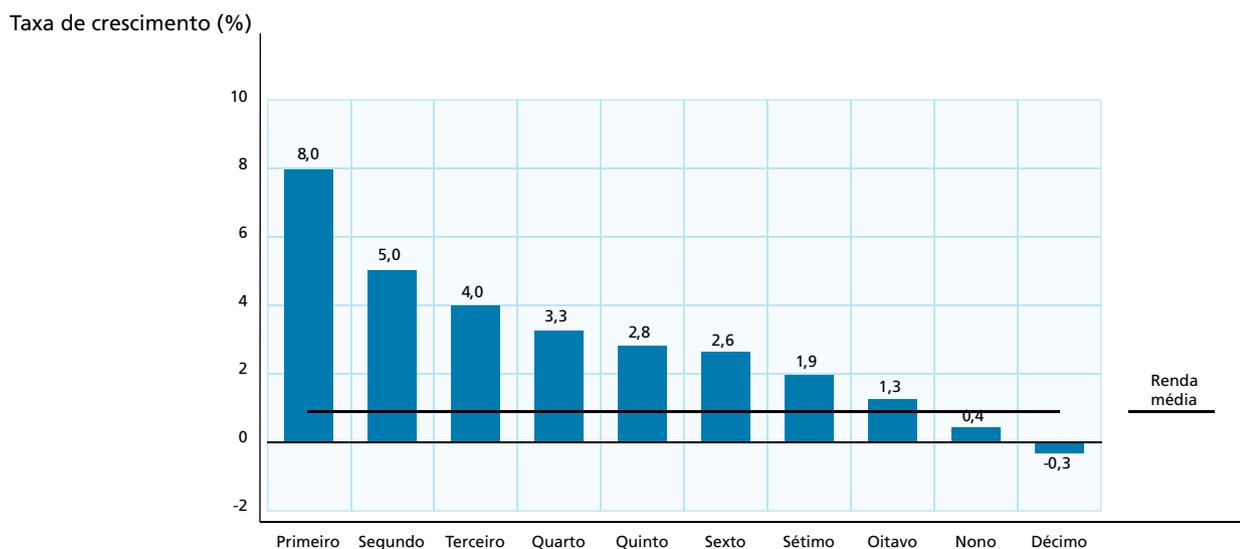
2.1 Crescimento da renda dos mais pobres

O gráfico 1 apresenta a taxa de crescimento da renda *per capita* por décimo da distribuição. O gráfico 2a traz a correspondente taxa de crescimento dos décimos acumulados a partir dos mais pobres. Em ambos, a taxa de crescimento considerada é a média anual para o quadriênio 2001-2005.

Os resultados apontam que a renda *per capita* dos mais pobres cresceu substancialmente entre 2001 e 2005, apesar da relativa estagnação da renda *per capita* nacional. Houve um crescimento anual de 8% para os 10% mais pobres e de 6% para os 20% mais pobres, apesar de a renda *per capita* brasileira ter crescido apenas 0,9% ao ano (a.a.) no mesmo período. Portanto, no quadriênio, a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa quase nove vezes maior que a média nacional, enquanto a renda dos 20% mais pobres cresceu a uma taxa quase sete vezes maior.

GRÁFICO 1

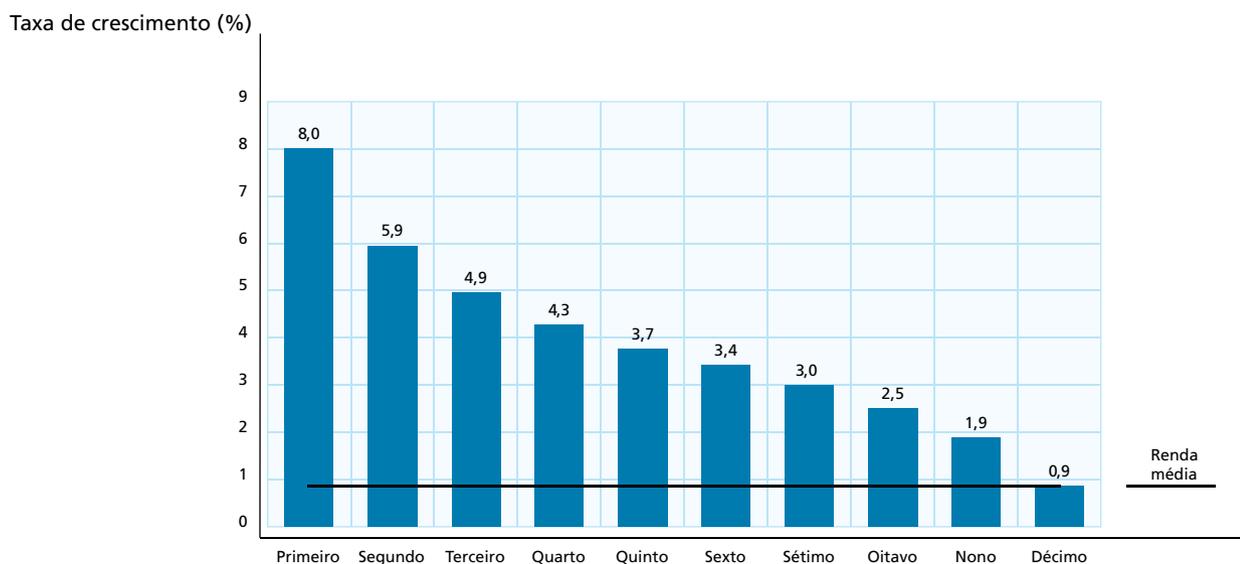
Taxa de crescimento anual da renda *per capita* por décimo entre 2001 e 2005



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) de 2001 e 2005.

GRÁFICO 2a

Taxa de crescimento anual da renda *per capita* acumulada pelos decimos mais pobres entre 2001 e 2005



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2005.

Esse crescimento mais acelerado da renda dos mais pobres decorre do fato de que a fatia da renda nacional apropriada por eles cresceu e, portanto, houve redução no grau de desigualdade no período.

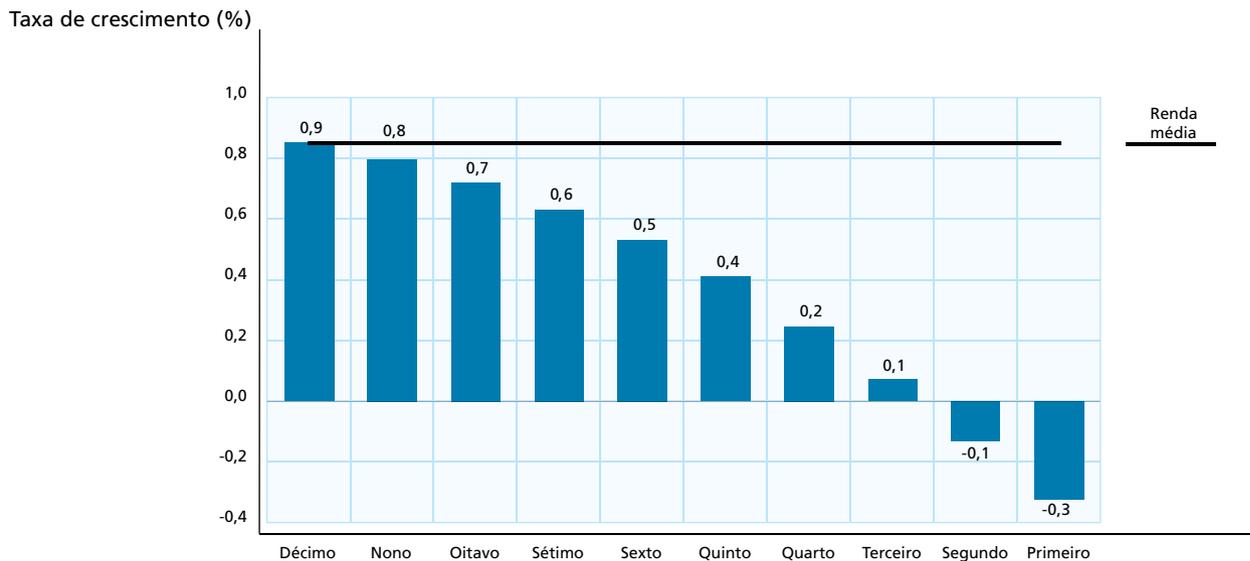
Caso o grau de desigualdade não tivesse se alterado entre 2001 e 2005, a renda de pobres e ricos teria crescido à taxa nacional de 0,9% a.a. Como a renda dos 10% mais pobres cresceu a 8,0% a.a., dos quais apenas 0,9 pontos percentuais (p.p.) veio do crescimento na renda nacional, quase 90% do crescimento da renda desse grupo resultou da queda na desigualdade. No caso dos 20% mais pobres, 85% do crescimento em sua renda *per capita* decorrem da queda na desigualdade.

2.2 Crescimento da renda dos mais ricos

O gráfico 2b traz a taxa de crescimento da renda dos décimos acumulados, agora a partir dos mais ricos. Aqui também a taxa de crescimento considerada é a média anual para o quadriênio 2001-2005.

GRÁFICO 2b

Taxa de crescimento anual na renda *per capita* acumulada pelos décimos mais ricos entre 2001 e 2005



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2005.

O contraste entre os gráficos 2a e 2b é marcante e revela dois fatos notáveis. Em primeiro lugar, vê-se que as taxas de crescimento da renda *per capita* são muito maiores para os mais pobres do que para

os mais ricos. Por exemplo, enquanto a renda dos 10% mais pobres crescia a 8% a.a., a dos 10% mais ricos declinava a 0,3% a.a. Portanto, a renda dos 10% mais pobres vem crescendo por ano 8,3 p.p. mais rápido que a dos 10% mais ricos. Na comparação entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, encontramos que a renda dos mais pobres vem crescendo por ano 6 p.p. mais rápido. Mesmo quando comparamos a metade mais pobre com a metade mais rica, as diferenças ainda são marcantes. Enquanto, ao longo desse quadriênio, a renda dos 50% mais pobres cresceu 3,7% a.a., a renda média dos 50% mais ricos cresceu apenas 0,4% a.a., ou seja, uma diferença de 3,3 p.p.

Em segundo lugar, constatamos que esse diferencial em taxa de crescimento entre pobres e ricos mostrou-se tão elevado no quadriênio estudado, que uma parcela da população não pôde se beneficiar do crescimento da renda nacional. De fato, conforme vimos, a renda média dos 20% mais ricos e, em particular, a dos 10% mais ricos declinou. Esse declínio é o resultado de uma acentuada queda na desigualdade, combinada com um processo lento de crescimento. Sempre que o grau de desigualdade declina, para que a renda dos mais ricos cresça, é necessário que a taxa de crescimento supere um mínimo. Esse é tão mais elevado quanto maior for a redução no grau de desigualdade. No último quadriênio, a taxa de crescimento foi inferior a esse mínimo, em parte porque o crescimento no período foi realmente lento, mas também porque a queda no grau de desigualdade foi bastante acentuada. Para que a renda média de todos os décimos aumentasse, a renda *per capita* nacional teria de crescer mais que 4,8% no quadriênio, em vez dos 3,5% efetivamente observados.

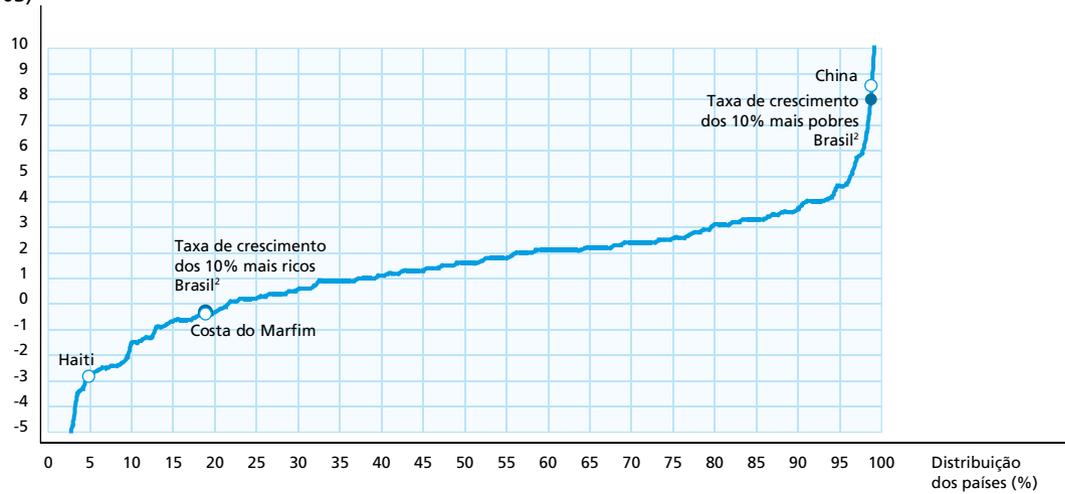
2.3 Diferença de crescimento na renda dos mais pobres e mais ricos

Reduções elevadas no grau de desigualdade vêm sempre acompanhadas de uma considerável diferença entre a taxa de crescimento na renda dos mais pobres e a dos mais ricos. Conseqüentemente, nesses casos, é grande a diferença de percepção desses grupos sobre o crescimento econômico do País. Para melhor compreender esse fenômeno, os gráficos 3a e 3b apresentam a distribuição da taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, entre os anos de 1990 e 2003, para 170 países. Nesses gráficos, estão também indicadas as taxas anuais de crescimento da renda dos 10% e dos 20% mais pobres, bem como a dos 10% e dos 20% mais ricos no Brasil durante o quadriênio 2001-2005.

GRÁFICO 3a

Distribuição dos países no mundo¹ segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* entre os anos de 1990 e 2003

Taxa de crescimento anual do PIB *per capita* (1990-2003)



Fonte: Estimativas produzidas com base em Pnud (2005).

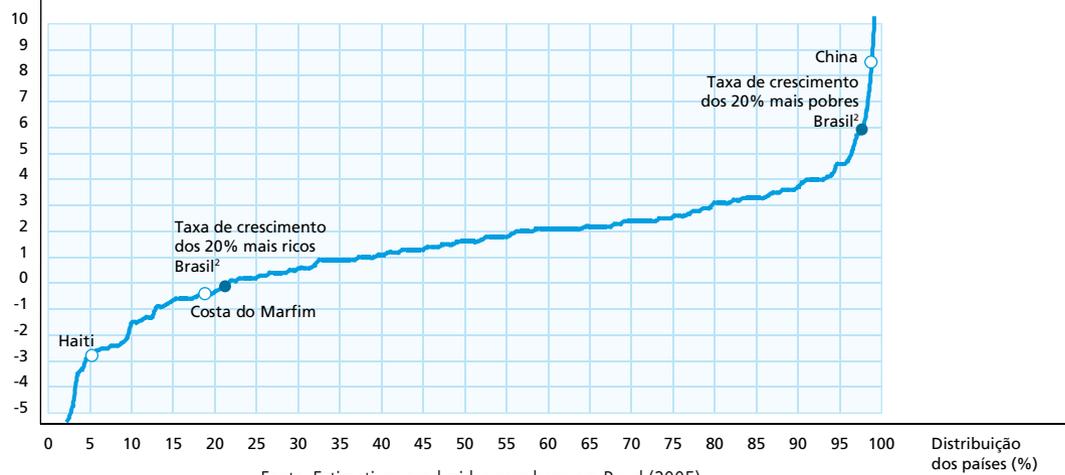
Notas:¹ Estão sendo considerados 170 países para os quais existe a informação.

² Estimativas produzidas com base nas Pnads 2001 e 2005.

GRÁFICO 3b

Distribuição dos países no mundo¹ segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* entre os anos de 1990 e 2003

Taxa de crescimento anual do PIB *per capita* (1990-2003)



Fonte: Estimativas produzidas com base em Pnud (2005).

Notas:¹ Estão sendo considerados 170 países para os quais existe a informação.

² Estimativas produzidas com base nas Pnads 2001 e 2005.

Os resultados revelam que a quase totalidade dos países apresenta uma taxa anual de crescimento da renda *per capita* menor do que a observada para os 10% mais pobres brasileiros. De fato, a taxa anual de crescimento da renda desse grupo no último quadriênio é muito próxima daquela da China e maior que a de 99% dos países. A situação dos 20% mais pobres brasileiros também é bastante privilegiada. Apenas 2% dos países considerados vêm crescendo a uma taxa mais acelerada do que a desse grupo. Portanto, a percepção dos mais pobres no Brasil é a de estarem vivendo em um país com elevado nível de crescimento econômico, como a China.

No outro extremo da distribuição de renda, cerca de 80% dos países investigados apresentou uma taxa anual de crescimento maior do que a observada nos 10% ou 20% mais ricos brasileiros. Esses grupos, portanto, têm a percepção de estarem vivendo em um país estagnado, como a Costa do Marfim.

A diferença entre a taxa de crescimento da renda de pobres e ricos no Brasil no último quadriênio é tão elevada que 80% dos países analisados cresceram a taxas pertencentes a esse intervalo. Partindo da recente experiência brasileira de crescimento da renda dos 10% mais ricos (-0,3% a.a.) até a dos 10% mais pobres (8,0% a.a.), percorremos quase todo o espectro de experiências de crescimento no mundo ocorridas durante a última década. Transitamos de situações próximas ao crescimento acelerado da China à estagnação econômica de um país como a Costa do Marfim.

2.4 Redução no grau de desigualdade e diferença de crescimento entre pobres e ricos

Entre 2001 e 2005, o coeficiente de Gini declinou 4,6%,² guiado por uma taxa de crescimento da renda dos 10% mais pobres 37 p.p. maior que a dos 10% mais ricos, e uma taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres 26 p.p. superior a dos 20% mais ricos (tabela 1). O grande hiato entre a taxa de crescimento de pobres e de ricos ilustra, de novo, a magnitude da queda na desigualdade. Além disso, traduz para a linguagem de crescimento o que ocorreu com a desigualdade. Existe, portanto, uma relação entre a queda na desigualdade e o hiato de crescimento da renda de pobres e de ricos.

O gráfico 4 ilustra tal relação,³ mostrando como qualquer variação no coeficiente de Gini traduz-se em diferenças de taxas de crescimento na renda de pobres e de ricos. Note-se que uma redução de 4,6% no coeficiente de Gini equivaleria a um crescimento da renda

² Ver capítulo 2 deste livro.

³ Este gráfico utiliza a distribuição de 2001 como ponto de partida. As reduções no coeficiente de Gini consideradas pressupõem mudanças proporcionais na curva de Lorenz. Essas mudanças são aquelas que equivalem a uma transferência de renda dos que estão acima da média para aqueles que estão abaixo. Todos os que estão acima da média devem ser taxados proporcionalmente a quão acima da média estão, e todos os que estão abaixo da média devem receber um subsídio proporcional a quão abaixo da média estão – ver Barros, Carvalho e Franco (2003).

dos 10% mais pobres 66 p.p. superior à dos 10% mais ricos, e também a um crescimento da renda dos 20% mais pobres 38 p.p. superior à dos 20% mais ricos (essa informação pontual para a redução de 4,6% no coeficiente de Gini também se encontra na tabela 1).

TABELA 1

Diferença entre a taxa de crescimento da renda média dos ricos e pobres e reduções na desigualdade entre 2001 e 2005

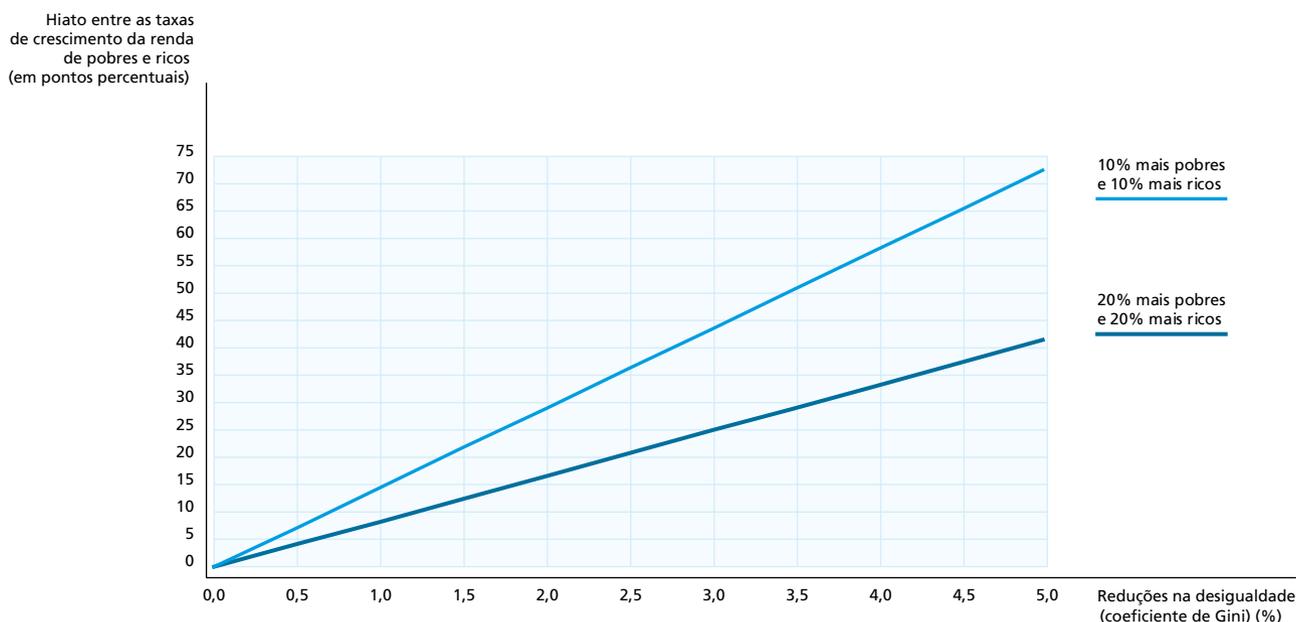
(em pontos percentuais)

Indicadores	Variação	
	Real	Caso a redução na desigualdade fosse uniforme
Diferença entre a taxa crescimento dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos	37	66
Diferença entre a taxa crescimento dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos	26	38

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2005.

GRÁFICO 4

Relação entre possíveis reduções na desigualdade e o correspondente hiato de crescimento da renda de pobres e ricos



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2001.

Esses diferenciais são, entretanto, bem superiores aos empiricamente observados (tabela 1). A razão para essa discrepância entre o que deveria ter ocorrido e o que de fato ocorreu vem da forma como a curva de Lorenz efetivamente se transformou. Se a mudança experimentada ao longo do último quadriênio tivesse sido proporcional, tal como implícito no gráfico 4, a queda de desigualdade teria beneficiado ainda mais os extremamente pobres. No entanto, a mudança verificada foi bem menos acentuada na cauda inferior da distribuição do que o previsto por uma transformação proporcional e, portanto, um pouco menos favorável aos mais pobres.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA QUEDA NA DESIGUALDADE PARA A REDUÇÃO NA POBREZA E NA EXTREMA POBREZA

3.1 A queda na pobreza

Em decorrência do acentuado crescimento na renda dos mais pobres, os graus de pobreza e de extrema pobreza declinaram ao longo do último quadriênio, conforme podemos observar na tabela 2.⁴ Tanto para a pobreza quanto para a extrema pobreza, os três indicadores utilizados (porcentagem de pobres, hiato de pobreza e severidade da pobreza) mostram uma redução entre 2 p.p. e 5 p.p.

Essas reduções nos graus de pobreza e de extrema pobreza independem da linha selecionada (gráfico 5) e podem ser consideradas acentuadas segundo uma variedade de critérios. Em primeiro lugar, porque essa taxa de redução da extrema pobreza é quatro vezes mais acelerada do que o necessário para cumprir com a primeira meta de desenvolvimento do milênio. A essa velocidade, seria possível reduzir a extrema pobreza à metade em seis anos, enquanto a primeira meta de desenvolvimento do milênio estabelece um prazo de 25 anos. Em segundo lugar, porque essas taxas de redução na pobreza e na extrema pobreza são mais acentuadas do que as que se observam em todos os países latino-americanos para os quais se tem a informação correspondente, à exceção do México (gráficos 6a e 6b).

⁴ Para medir pobreza e extrema pobreza, foram utilizadas linhas regionalizadas, considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 162,59 e para a extrema pobreza de R\$ 81,29. São tomadas como pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior às linhas de pobreza e de extrema pobreza, respectivamente. Por hiato de pobreza, entendemos a proporção de pobres multiplicada pela distância média da renda dos pobres à linha de pobreza, medida em múltiplos da linha de pobreza. Essa medida, portanto, leva em consideração não apenas a porcentagem de pobres, mas também a profundidade da pobreza. A severidade da pobreza é dada pelo produto da porcentagem de pobres pela distância quadrática média à linha de pobreza, também medida em múltiplos da linha de pobreza. Ela, portanto, não apenas considera o número de pobres e a profundidade da pobreza, como também dá maior peso para os mais pobres. Por exemplo, um pobre que tenha uma renda igual à metade da linha de pobreza tem um peso quatro vezes menor que o de um pobre que não tem qualquer renda.

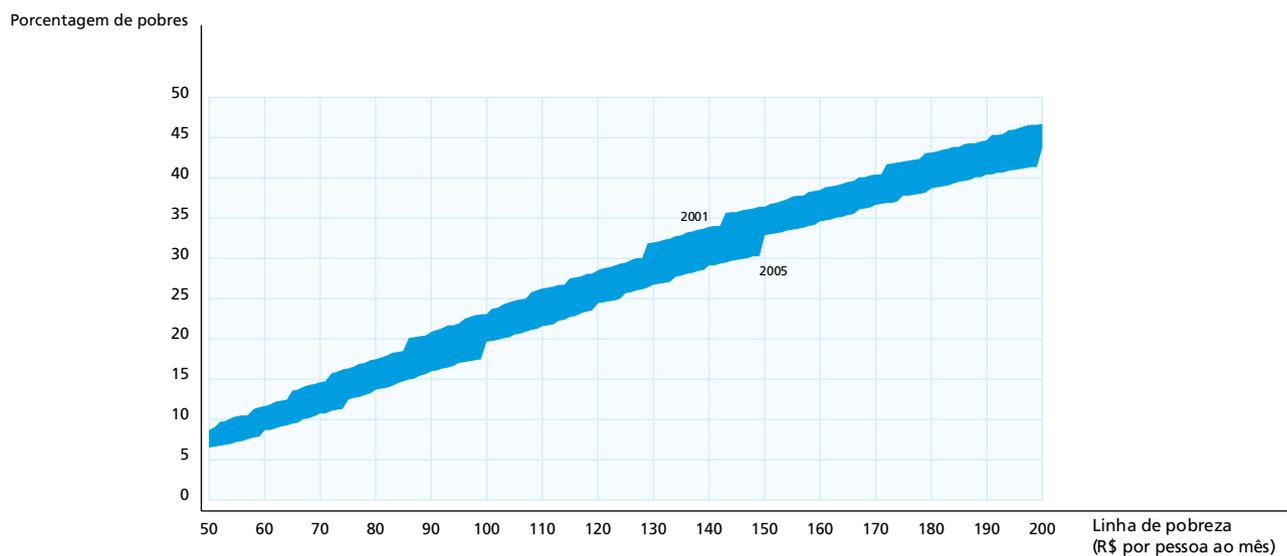
TABELA 2
Indicadores de pobreza e extrema pobreza para o Brasil

Indicadores						(Em %)
	2001	2002	2003	2004	2005	Varição 2001-2005 (em pontos percentuais)
Pobreza						
Porcentagem de pobres	38,6	38,2	39,3	36,8	34,1	-4,5
Hiato de pobreza	18,0	17,2	18,1	16,1	14,6	-3,4
Severidade da pobreza	11,1	10,3	11,0	9,6	8,5	-2,6
Extrema pobreza						
Porcentagem de extremamente pobres	17,4	16,4	17,4	15,0	13,2	-4,2
Hiato de extrema pobreza	7,43	6,57	7,24	6,01	5,22	-2,2
Severidade da extrema pobreza	4,65	3,93	4,41	3,61	3,10	-1,6

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 a 2005.

Obs.: Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas, considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 162,59 e para a extrema pobreza de R\$ 81,29.

GRÁFICO 5
Relação entre o grau e a linha de pobreza para 2001 e 2005



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 a 2005.

GRÁFICO 6a

Varição anual da pobreza em países da América Latina



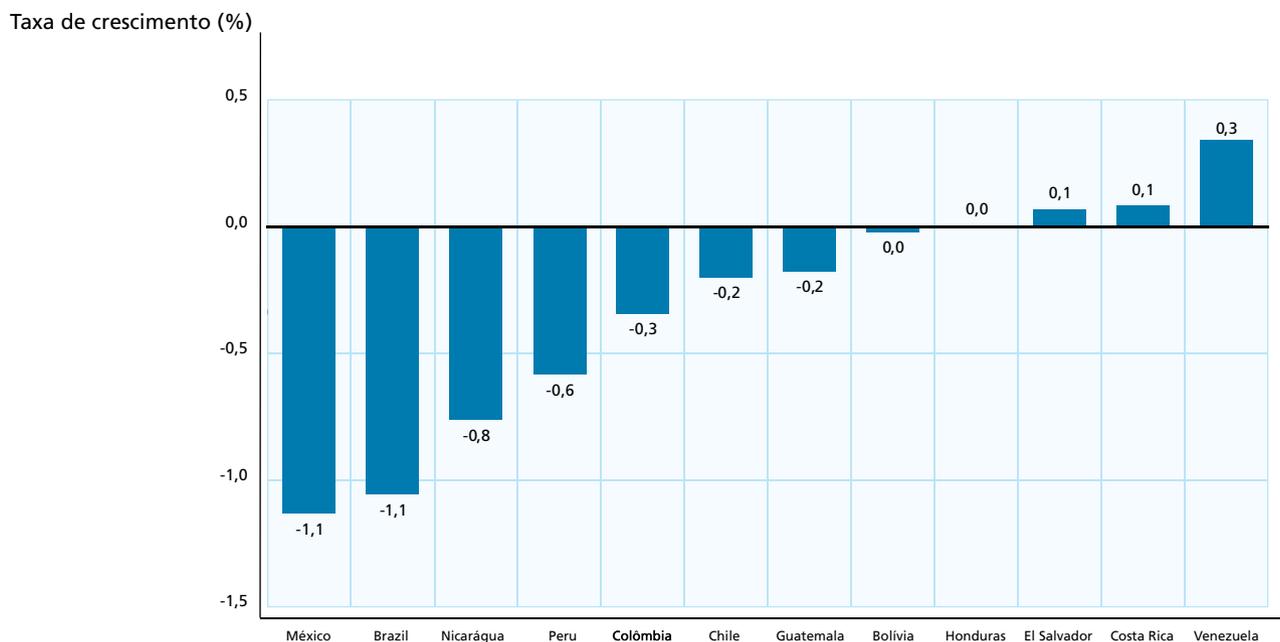
Fonte: Estimativas produzidas com base no Panorama Social da América Latina 2005 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e nas Pnads de 2001 e 2005.

Obs.: Os períodos utilizados para os países foram: México (1998-2004), Brasil (2001-2005), Chile (1998-2003), El Salvador (1995-2001), Nicarágua (1993-2001), Costa Rica (1997-2002), Honduras (1997-2002), Guatemala (1997-2002).

Em decorrência dessa acentuada redução nos graus de pobreza e de extrema pobreza, tem-se que, a despeito do crescimento populacional, declinaram também o número de pobres e de extremamente pobres, e o volume mínimo de recursos necessários para aliviar a pobreza e a extrema pobreza (tabela 3). O número de extremamente pobres caiu em 5,6 milhões, e o de pobres em 3,8 milhões, enquanto o volume de recursos necessários para aliviar toda a pobreza diminuía de R\$ 58 bilhões ao ano para R\$ 50 bilhões ao ano. Como consequência do crescimento da renda nacional e da redução no volume de recursos necessários, o alívio completo da pobreza tornou-se ainda mais viável. Enquanto, em 2001, eram necessários no mínimo 7% da renda das famílias para aliviar toda a pobreza no País, em 2005, eram precisos apenas 5%.

GRÁFICO 6b

Varição anual da extrema pobreza em países da América Latina



Fonte: Estimativas produzidas com base no Panorama Social da América Latina 2005 da Cepal e nas Pnads de 2001 e 2005.

Obs.: Os períodos utilizados para os países foram: México (1998-2004), Brasil (2001-2005), Chile (1998-2003), El Salvador (1995-2001), Nicarágua (1993-2001), Costa Rica (1997-2002), Honduras (1997-2002), Guatemala (1997-2002).

TABELA 3

Magnitude da pobreza e extrema pobreza e recursos necessários para sua erradicação no Brasil de 2001 a 2005

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	Varição 2001-2005
Pobreza						
Número de pobres (em milhões)	64,2	64,6	67,4	64,0	60,3	-3,8
Volume de recursos necessários para erradicar a pobreza (em bilhões)	58,2	56,7	60,5	54,6	50,3	-7,9
Recursos necessários para erradicar a pobreza como porcentagem da renda das famílias ¹	6,9	6,6	7,3	6,3	5,4	-1,5
Extrema pobreza						
Número de extremamente pobres (em milhões)	28,9	27,8	29,9	26,0	23,3	-5,6
Volume de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza (em bilhões)	12,0	10,8	12,1	10,2	9,0	-3,0
Recursos necessários para erradicar a extrema pobreza como porcentagem da renda das famílias ¹	1,42	1,25	1,47	1,18	0,96	-0,5

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 a 2005.

Nota:¹ Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas, considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 162,59 e para a extrema pobreza de R\$ 81,29.

Obs.: A variação de recursos necessários para erradicar a pobreza como porcentagem da renda das famílias se encontra em pontos percentuais.

3.2 Contribuição da queda na desigualdade para a redução na pobreza

A tabela 4 adiante apresenta estimativas da contribuição da queda da desigualdade de renda para a redução na pobreza e na extrema pobreza, ou seja, mostra o quanto a pobreza teria deixado de cair caso a desigualdade tivesse permanecido inalterada. Essa tabela revela que, se a desigualdade tivesse se mantido, a redução, por exemplo, na proporção de pobres teria sido de apenas 1,2 p.p. e na de extremamente pobres, de 0,6 p.p. Como a proporção de pobres declinou 4,6 p.p. no quadriênio, temos que 73% dessa queda deve-se à redução no grau de desigualdade. A contribuição da redução no grau de desigualdade é ainda maior para a extrema pobreza – 85% da queda na proporção de extremamente pobres devem-se à redução no grau de desigualdade.

Portanto, a maior parte da recente redução na pobreza e, principalmente, na extrema pobreza é uma consequência direta da concomitante redução na desigualdade de renda. De fato, conforme a tabela 4 revela, a queda na desigualdade varia de ser cerca de três vezes mais importante que o crescimento, para explicar a queda na proporção de pobres, a ser sete vezes mais importante, para explicar a redução na severidade da extrema pobreza. Em todos os casos, de 70% a 90% da recente queda na pobreza e na extrema pobreza decorrem da simultânea queda na desigualdade.

3.3 Importância da queda na desigualdade para a redução na pobreza: o crescimento equivalente

Na seção anterior, investigamos a importância da desigualdade para a queda na pobreza estimando quanto da queda na pobreza não teria ocorrido caso o grau de desigualdade tivesse permanecido inalterado. Uma forma alternativa de avaliar a importância da queda na desigualdade para a redução na pobreza consiste em estimar que taxa de crescimento poderia reproduzir a mesma redução na pobreza que ocorreu em decorrência da queda na desigualdade. Essa equivalência serve também para identificar o quanto de crescimento os mais pobres estariam dispostos a sacrificar por uma dada redução no grau de desigualdade, ou, de forma inversa, que redução no grau de desigualdade estão dispostos a sacrificar por um dado crescimento.

TABELA 4

Estimativas da contribuição da queda na desigualdade de renda *per capita* para a redução na pobreza e extrema pobreza

(Em %)

Indicadores	Pobreza			Extrema pobreza		
	Porcentagem de pobres	Hiato de pobreza	Severidade da pobreza	Porcentagem de extremamente pobres	Hiato de extrema pobreza	Severidade da extrema pobreza
Distribuição de 2001	38,6	18,0	11,1	17,4	7,4	4,65
Distribuição de 2005 caso a desigualdade fosse a mesma de 2001	37,4	17,3	10,7	16,8	7,10	4,46
Distribuição de 2005	34,1	14,6	8,48	13,2	5,22	3,10
Redução na pobreza (em pontos percentuais)						
Total	4,55	3,40	2,64	4,23	2,22	1,55
Devida ao crescimento	1,21	0,69	0,46	0,62	0,33	0,18
Devida à redução na desigualdade	3,34	2,70	2,18	3,62	1,88	1,37
Contribuição para a redução na pobreza						
Contribuição do crescimento	26,6	20,5	17,4	14,6	15,1	11,9
Contribuição da redução da desigualdade	73,4	79,5	82,6	85,4	84,9	88,1
Relação entre as contribuições	2,75	3,88	4,76	5,87	5,63	7,40
Importância da redução na desigualdade						
Crescimento observado na renda <i>per capita</i>	3,47	3,47	3,47	3,47	3,47	3,47
Crescimento necessário para garantir a mesma queda na pobreza caso a desigualdade fosse a mesma de 2001	14,5	19,5	24,5	22,0	30,5	46,0
Crescimento equivalente à redução na desigualdade (em pontos percentuais)	11,0	16,0	21,0	18,5	27,0	42,5

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2005.

Obs.: Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas, considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 162,59 e extrema pobreza de R\$ 81,29.

Estimativas desse crescimento equivalente são também apresentadas na tabela 4. Conforme a tabela mostra, o crescimento equivalente depende da linha de pobreza e da medida de pobreza que desejamos utilizar. Por exemplo, no caso da porcentagem de pobres, para que fosse gerada a mesma queda sem a ajuda de reduções

na desigualdade, seria necessário um crescimento econômico balanceado adicional de 11 p.p.⁵ Assim, do ponto de vista dos mais pobres, a recente queda de 4,6% da desigualdade é equivalente a um crescimento balanceado de 11% e, portanto, 1% de redução no grau de desigualdade equivale a 2,4% de crescimento. Assim, se os pobres tivessem que escolher entre uma redução no coeficiente de Gini de 1% ou um crescimento balanceado na renda *per capita* do País inferior a 2,4%, prefeririam a redução na desigualdade.

Os extremamente pobres valorizam ainda mais a redução na desigualdade. Como também demonstra a tabela 4, sem a ajuda de reduções na desigualdade, para que se obtivesse a mesma queda na proporção de extremamente pobres, seria necessário um crescimento econômico balanceado adicional de 18 p.p. Assim, os extremamente pobres trocam uma redução no coeficiente de Gini de 1% apenas por um crescimento balanceado na renda *per capita* superior a 4%.

O valor dado à recente redução no grau de desigualdade é ainda maior quando a atenção é voltada para outras medidas de pobreza mais sensíveis à renda dos mais pobres, como o hiato de pobreza e, principalmente, a severidade da pobreza. Sem a ajuda de reduções na desigualdade, para que fosse gerada a mesma queda na severidade da extrema pobreza, seria necessário um crescimento econômico balanceado adicional de 42 p.p. Dessa forma, uma redução de 1% no coeficiente de Gini seria igual a 9% de crescimento balanceado.

Em suma, teria sido possível alcançar esse mesmo declínio acentuado recente na pobreza e na extrema pobreza sem qualquer redução no grau de desigualdade. Para isso, entretanto, seria necessário contar com taxas de crescimento da renda *per capita* extremamente elevadas. De fato, como vimos nesta seção, para que a mesma redução na pobreza fosse alcançada sem queda na desigualdade, a renda *per capita* teria que ter crescido de 3,5% a 10% ao ano, em vez do 1% verificado. Em outras palavras, do ponto de vista dos mais pobres, a redução na desigualdade ocorrida no último quadriênio é equivalente a um crescimento de 2,5% a 9% ao ano, reenfazendo a extrema relevância e a significativa magnitude da recente queda na desigualdade.

⁵ Entende-se por crescimento balanceado aquele em que a renda de todos os grupos sociais cresce à mesma taxa e, dessa forma, não há variação no grau de desigualdade.

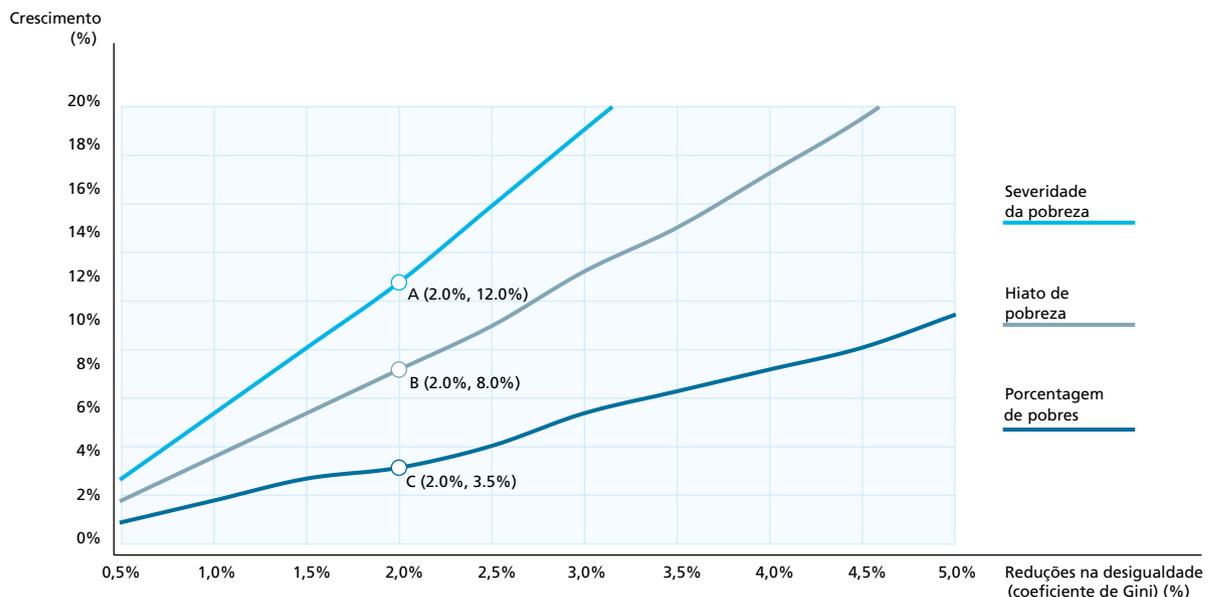
4 A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA DESIGUALDADE E DO CRESCIMENTO NO COMBATE À POBREZA

4.1 Grau de substituição

Conforme de amplo reconhecimento teoricamente⁶ e bem ilustrado pela recente experiência brasileira, reduções na pobreza dependem tanto da taxa de crescimento como de reduções no grau de desigualdade. Para toda taxa de crescimento, existe uma redução no grau de desigualdade capaz de substituí-la em termos de redução na pobreza. Portanto, dado um crescimento, toda redução na desigualdade mais acentuada que o necessário para substituí-lo será preferível. É evidente que essas relações de equivalência vão depender da linha de pobreza, da medida de pobreza utilizada e da distribuição de renda inicial.

GRÁFICO 7a

Equivalência entre o crescimento econômico e redução na desigualdade para reduzir a pobreza



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2005.

Obs.: Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 162,59 e extrema pobreza de R\$ 81,29.

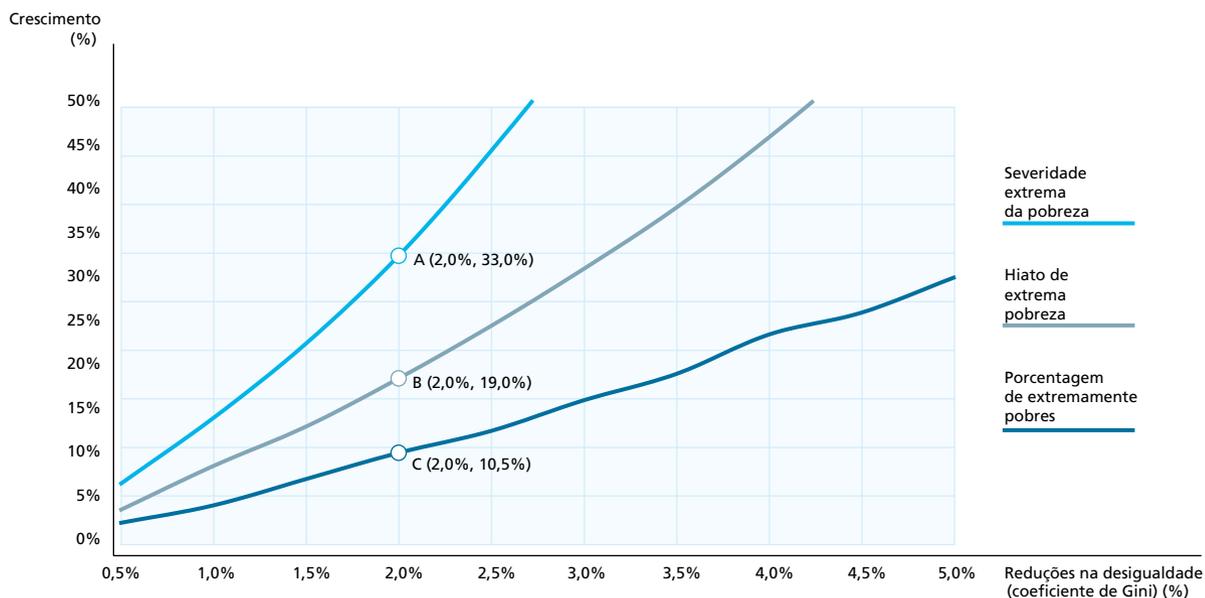
⁶ Ver Barros, Carvalho e Franco (2003); Kakwani, Khandker e Son (2004) e Bourguignon (2000).

Os gráficos 7a e 7b apresentam estimativas da equivalência entre crescimento econômico e reduções no grau de desigualdade no combate à pobreza para o Brasil atual. Nesses gráficos, mais uma vez

reduções no coeficiente de Gini pressupõem mudanças proporcionais na curva de Lorenz. O ponto C no gráfico 7a, por exemplo, mostra que podemos obter a mesma redução na porcentagem de pobres por meio de um crescimento da renda *per capita* de 3,5% ou pela redução no grau de desigualdade de 2,0%. Assim, com relação à redução na proporção de pobres, 1 p.p. adicional de redução no grau de desigualdade tem o mesmo impacto que 1,7 p.p. adicional de crescimento balanceado na renda *per capita*. O gráfico 7b mostra que, para reduzir a severidade da extrema pobreza, o crescimento equivalente a uma redução na desigualdade em 2% seria de 33% (ponto A). Portanto, nesse caso, 1 p.p. adicional de redução no grau de desigualdade tem o mesmo impacto que 16,5 p.p. adicionais de crescimento. Esses exemplos são dois extremos. Eles indicam que, dependendo da linha de pobreza e da medida de pobreza escolhida, 1 p.p. de redução no grau de desigualdade pode ser tão importante quanto 1,7 a 16,5 p.p. adicionais de crescimento.

GRÁFICO 7b

Equivalência entre o crescimento econômico e redução na desigualdade para reduzir a extrema pobreza



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2005.

Obs.: Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas, considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 162,59 e extrema pobreza de R\$ 81,29.

4.2 Complementaridade

Até agora, vimos como reduções no grau de desigualdade podem funcionar substituindo o crescimento econômico no combate à pobreza e vice-versa. Cumpre observar, no entanto, que esses dois instrumentos também funcionam como complementos. De fato, em geral, o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é tão maior quanto menor for a desigualdade na distribuição de renda.⁷

Em outras palavras, reduções no grau de desigualdade não apenas têm impacto direto sobre a pobreza, como também elevam a capacidade de o crescimento econômico beneficiar os mais pobres. É evidente que o inverso também é verdadeiro: o crescimento não apenas tem impacto direto sobre a pobreza, como também eleva a capacidade de futuras reduções no grau de desigualdade diminuir a pobreza.

Com vista a ilustrar empiricamente essa complementaridade, comparamos o impacto do crescimento sobre a pobreza partindo da distribuição de 2001, momento de maior desigualdade, com o impacto que se teria caso a distribuição de 2001 tivesse a desigualdade de 2005, momento de menor desigualdade. Nos dois casos, a renda *per capita* é igual ao valor vigente em 2001. As estimativas obtidas encontram-se na tabela 5.

TABELA 5
Complementaridade entre o impacto de um crescimento econômico balanceado sobre a pobreza e reduções na desigualdade

Indicadores	Crescimento			
	0%	10%	15%	20%
Porcentagem de pobres em 2001	38,6	35,5	33,7	32,1
Porcentagem de pobres em 2001 caso a desigualdade fosse a mesma de 2005	35,4	32,3	30,4	28,7
Varição na pobreza quando se considera a distribuição de renda de 2001 (A)	-	3,12	4,89	6,50
Varição na pobreza quando se considera a distribuição de renda de 2001 com a desigualdade de 2005 (B)	-	3,17	5,05	6,74
Impacto adicional (%) $(100 \cdot \frac{B-A}{A})$	-	1,63	3,28	3,77

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2005.

Obs.: Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas, considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 162,59 e extrema pobreza de R\$ 81,29.

⁷ Ver Barros, Carvalho e Franco (2003) e Kakwani, Khander e Son (2004).

Essa tabela revela que um crescimento balanceado de 10%, partindo da distribuição com menor desigualdade, terá um impacto sobre a pobreza 2% maior do que se obteria caso partíssemos da distribuição com maior desigualdade. Em todos os casos analisados, o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é maior quando o grau de desigualdade na distribuição de renda é menor. Portanto, níveis mais baixos de desigualdade aumentam a capacidade do crescimento econômico de reduzir a pobreza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os diversos capítulos da primeira parte deste volume bem documentam, entre 2001 e 2005, a desigualdade de renda no País declinou. Neste capítulo, investigamos o impacto desse declínio sobre o grau de pobreza.

Vimos, por um lado, que a despeito do pequeno crescimento na renda *per capita*, esse período foi marcado por um acentuado crescimento na renda dos segmentos mais pobres. Enquanto a renda *per capita* do País crescia apenas 0,9% a.a., a renda dos 10% mais pobres crescia 8,0% a.a. Entre 2001 e 2005, a renda dos 10% mais pobres cresceu 37 pontos percentuais a mais que a dos 10% mais ricos, levando os pobres a terem a sensação de estarem na China, enquanto os ricos tinham a percepção de estarem vivendo num país totalmente estagnado. Esse crescimento mais acelerado da renda dos pobres é uma característica de qualquer processo de crescimento com equidade. Sempre que o crescimento é acompanhado por reduções no grau de desigualdade, a renda dos mais pobres cresce acima da média. No quadriênio 2001-2005, quase 90% do crescimento na renda dos 10% mais pobres resultou da queda na desigualdade.

Esse lento processo de crescimento com equidade levou também a uma significativa redução nos graus relativo e absoluto de pobreza. A proporção de pessoas em famílias extremamente pobres declinou 4,5 pontos percentuais no quadriênio (2001-2005), uma velocidade que, na América Latina, é inferior apenas à do México. Esse passo foi tão acelerado que, a despeito do crescimento populacional, o número de pessoas em famílias extremamente pobres no País era quase 6 milhões inferior em 2005 em comparação a 2001. Ao contrário dos episódios prévios em que a pobreza declinou no País em razão

do crescimento, entre 2001 e 2005, mais de 70% da queda na pobreza e mais de 85% da queda na extrema pobreza se deveram a reduções no grau de desigualdade.

Em suma, neste capítulo vimos que, no último quadriênio, a renda dos mais pobres cresceu acentuadamente e o grau de pobreza declinou de forma substancial. Além disso, vimos que a vasta maioria dessa melhoria na pobreza deveu-se à concomitante redução na desigualdade. Desses resultados seguem duas importantes implicações.

Por um lado, a elevada magnitude com que a pobreza vem declinando serve como uma evidência e uma medida da importância da queda na desigualdade ocorrida ao longo do último quadriênio. À pergunta sobre o que significa a recente redução no coeficiente de Gini no País de 1,2% a.a, este capítulo apresenta duas respostas: (a) uma taxa de crescimento anual na renda dos 10% mais pobres nove vezes acima da média nacional e 8,3 p.p. acima da correspondente taxa para os 10% mais ricos; e (b) uma velocidade de redução na extrema pobreza quatro vezes maior que a necessária para se alcançar a Primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio (reduzir a extrema pobreza à metade em 25 anos).

Por outro lado, esses resultados demonstram que uma redução no grau de desigualdade é um instrumento extremamente efetivo para reduzir a pobreza, mesmo em momentos de baixo crescimento. De fato, como vimos, para que a mesma redução na extrema pobreza pudesse ser alcançada sem queda no grau de desigualdade, a renda *per capita* do País teria de crescer 5% a.a. Do ponto de vista dos mais pobres, como também vimos, 1% de redução no coeficiente de Gini equivale a 4% de crescimento na renda *per capita*.

Embora esses argumentos busquem demonstrar a extrema efetividade de reduções no grau de desigualdade no combate à pobreza, eles não necessariamente levam a que prioridade deva ser dada à equidade. Tudo que demonstramos neste capítulo foi que, mantida a taxa de crescimento inalterada, reduções no grau de desigualdade têm grande efetividade no combate à pobreza. Entretanto, para definir que prioridade lhe deve ser dada, é necessário antes avaliar seu impacto sobre o crescimento.

Como vimos, tanto o crescimento como reduções no grau de desigualdade levam a aumentos na renda dos mais pobres e, portanto, a reduções na pobreza. Assim, para os pobres importam o crescimento e a equidade. Se uma busca muito acirrada pela equidade reduzir de

forma significativa as possibilidades de crescimento, ela pode não ser a melhor opção no combate à pobreza.

Apesar da relação entre reduções no grau de desigualdade e crescimento ser complexa, existem múltiplas razões para acreditarmos que maior equidade pode acelerar o crescimento. Afinal, os mais pobres são, muitas vezes, fontes potenciais de desenvolvimento, que necessitam de oportunidades para deslanchar seus talentos e habilidades. Nesses casos, o combate à desigualdade deve receber total prioridade.

6 REFERÊNCIAS

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **La igualdad como estratégia de combate a la pobreza em Panamá.** Panamá: Pnud, 2003, 365p.

BOURGUIGNON, F. **Can redistribution accelerate growth and development?** Paris: World Bank ABCDE/Europe Conference, 2000.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Panorama Social da América Latina.** 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).** Vários anos.

KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H. **Pro-poor growth: concepts and measurement with country case studies.** Brasília: International Poverty Centre/Pnud, 2004 (Working Paper, n. 1).

PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H.; PAGOTTO, C. **Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980.** O que ocorreu com a família brasileira? São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 2005 international cooperation at a crossroads: aid, trade and security in an unequal world.** Nova Iorque, 2005.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Parte III:

DETERMINANTES IMEDIATOS

	Introdução.....	357
Capítulo 11:	Ascensão e Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: uma atualização para 2005.....	359
	Franciso H. G. Ferreira, Phillippe G. Leite, Julie A. Litchfield e Gabriel Ulyssea	
	1 INTRODUÇÃO.....	359
	2 DADOS E EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL.....	360
	3 DECOMPOSIÇÕES ESTÁTICAS DA DESIGUALDADE.....	362
	4 DECOMPOSIÇÕES DINÂMICAS DA DESIGUALDADE NO BRASIL.....	368
	5 O IMPACTO DA <i>PERFORMANCE</i> MACROECONÔMICA.....	371
	6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	373
	7 REFERÊNCIAS.....	376
	APÊNDICE.....	378
Capítulo 12:	Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira.....	379
	Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça	
	1 INTRODUÇÃO.....	379
	2 ARCABUÇO TEÓRICO.....	380
	3 METODOLOGIA.....	383
	4 ANÁLISE DOS DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE.....	386
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	393
	6 REFERÊNCIAS.....	395
Capítulo 13:	Desigualdade e Crescimento: ingredientes trabalhistas.....	397
	Nanak Kakwani, Marcelo Neri e Hyun H. Son	
	1 INTRODUÇÃO.....	397
	2 TAXA DE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE.....	399
	3 RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO.....	401
	4 TENDÊNCIAS NO CRESCIMENTO E NA DESIGUALDADE.....	404
	5 PADRÕES DO CRESCIMENTO TRABALHISTA NO PERÍODO 2001-2005.....	409
	6 RELAÇÕES ENTRE MERCADO DE TRABALHO E CRESCIMENTO PRÓ-POBRE.....	410
	7 CONCLUSÃO.....	414
	8 REFERÊNCIAS.....	417
	APÊNDICE.....	419
Capítulo 14:	Estrutura Domiciliar e Distribuição da Renda Familiar no Brasil.....	423
	Simone Wajnman, Cassio M. Turra e Cintia S. Agostinho	
	1 INTRODUÇÃO.....	423
	2 METODOLOGIA.....	428
	3 RESULTADOS.....	432
	4 DISCUSSÃO.....	438
	5 REFERÊNCIAS.....	441

